

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Quotistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Votorantim Corretora") relativas aos semestres findos 30 de junho de 2015 (1515) e 2014 (1514) acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A Votorantim Corretora é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social, principalmente, operar em bolsas de valores, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros.

A Votorantim Corretora possui oito selos referentes às certificações do Programa de Qualificação Operacional (PQO) para os segmentos Bovespa e BM&F. Essas certificações reconhecem a conformidade da Votorantim Corretora quanto a seu posicionamento estrutural e operacional, identificadas nas melhores práticas do setor. No 1515, a equipe de research da Votorantim Corretora deu continuidade à evolução nos produtos disponibilizados aos clientes e seu compromisso com a qualidade. A cobertura da corretora atingiu 84 empresas em 12 setores diferentes da economia. Recentemente, quatro de nossos analistas receberam o Prêmio Broadcast Analystas - premiação da Agência Estado em parceria com o Insper, concedido aos profissionais que apresentaram os melhores resultados nas recomendações de ações do ano de 2014.

No encerramento do primeiro semestre de 2015, a Votorantim Corretora registrou patrimônio líquido de R\$ 264,7 milhões (R\$ 276,7 milhões no 1514) e lucro líquido de R\$ 2,8 milhões (R\$ 21,2 milhões no 1514). O total das receitas de prestação de serviços (com rendas de tarifas) no 1515 foi de R\$ 8,6 milhões, ante R\$ 8,8 milhões no 1514.

A administração da Votorantim Corretora agradece aos quotistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.
São Paulo, 06 de agosto de 2015
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)			
	30.06.2015	30.06.2014	
ATIVO CIRCULANTE	400.401	376.449	
Disponibilidades (Nota 4)	152	396	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	267.895	277.247	
Aplicações no mercado aberto	761	18	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	267.134	277.229	
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6a)	12.986	19.431	
Carteira própria	2.328	7.729	
Vinculados a compromissos de recompra	3.199	5.032	
Vinculados à prestação de garantias	7.459	6.670	
Outros Créditos	119.337	78.936	
Rendas a receber	1	7	
Negociação e intermediação de valores	106.119	64.931	
Diversos (Nota 8)	13.217	13.998	
Outros Valores e Bens	31	439	
Despesas antecipadas	31	439	
ATIVO NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	15.228	21.904	
Outros Créditos	13.839	20.741	
Diversos (Nota 8)	13.839	20.741	
Outros Valores e Bens	1.389	1.104	
Despesas antecipadas	1.389	1.104	
PERMANENTE	761	827	
Investimentos (Nota 9)	761	827	
Outros investimentos	3.252	3.335	
(Imparidade acumulada)	(2.491)	(2.508)	
Imobilizado de uso (Nota 10)	144	277	
Outras imobilizações de uso	1.957	1.943	
(Depreciação acumulada)	(1.813)	(1.666)	
Intangível (Nota 11)	483	200	
Ativos intangíveis	783	200	
(Imparidade acumulada)	(200)	(200)	
(Amortização acumulada)	(49)	-	
TOTAL DO ATIVO	415.629	398.353	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)			
	30.06.2015	30.06.2014	
PASSIVO CIRCULANTE	132.406	109.149	
Captações no Mercado Aberto	3.796	4.896	
Carteira própria (Nota 12a)	3.026	4.878	
Carteira de terceiros (Nota 12a)	770	18	
Outras Obrigações	128.610	104.253	
Sociais e estatutárias	3.318	4.558	
Fiscais e previdenciárias (Nota 13a)	734	8.959	
Negociação e intermediação de valores (Nota 7)	115.818	81.206	
Diversas (Nota 13b)	8.740	9.530	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	18.511	12.528	
Outras Obrigações	18.511	12.528	
Fiscais e previdenciárias (Nota 13a)	10.049	8.971	
Negociação e intermediação de valores (Nota 7)	3.702	2.357	
Diversas (Nota 13b)	4.760	1.200	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	264.712	276.676	
Capital (Nota 16a)	185.970	169.280	
De domiciliados no País	185.970	169.280	
Reservas de Lucros (Nota 16b)	76.064	87.182	
Lucros Acumulados	2.678	20.214	
TOTAL DO PASSIVO	415.629	398.353	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)**

	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Legal	Expansão	Outros		
Saldos em 31/12/2013	169.280	12.386	73.732	-	-	255.398
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	21.278	21.278
Destinações - Reserva legal	-	1.064	-	-	(1.064)	-
Saldos em 30.06.2014	169.280	13.450	73.732	-	20.214	276.676
Mutações do período	-	-	-	-	20.214	21.278
Saldos em 31.12.2014	169.280	13.791	62.132	16.690	-	261.893
Aumento de capital (Nota 16a)	16.690	-	-	(16.690)	-	-
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	2.819	2.819
Destinações - Reserva legal	-	141	-	-	(141)	-
Saldos em 30.06.2015	185.970	13.932	62.132	-	2.678	264.712
Mutações do período	16.690	141	-	(16.690)	2.678	2.819

O Lucro por Quota está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)**

1. A CORRETORA E SUAS OPERAÇÕES
A Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é uma Companhia de Capital fechado que tem por objeto social, principalmente, operar em Bolsas de valores, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e provisões, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e provisões incluem: o valor residual do ativo permanente, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O BACEN reconhecem os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Companhia, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subsequentes e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Companhia aplica o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente. Caso venha a aplicar os demais normativos que dependem de regulamentação do BACEN, os reflexos resultarão em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 06 de agosto de 2015.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados.

a) Apuração do Resultado
Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente
Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data de avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários - TVM
Títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderente aos preços praticados no período.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo. Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerado como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e
Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se em conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

h) Ativo Permanente
Investimentos: os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.
Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10% (Nota Explicativa nº 10).

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilização para uso. A entidade avalia ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

A amortização é calculada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado, contabilizada em Outras Despesas Administrativas - Amortização (Nota Explicativa nº 14d).

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade
A entidade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:
Intangível
Softwares - os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades da Companhia, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas Notas Explicativas.

j) Benefícios a Empregados
Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto e longo prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com o prazo de cada programa/benefício atribuído a cada colaborador.

No "Programa de incentivo de curto e longo prazo" elegível aos diretores e empregados, é oferecida a oportunidade de investir em "ações virtuais" da Companhia. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício, são registrados em "Outras obrigações diversas - Provisão para pagamentos a efetuar" em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Provisões". Detalhes do programa estão divulgados na Nota Explicativa nº 19.

Em 25 de junho de 2015, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução nº 4.424/2015, cuja vigência iniciará em 01 de janeiro de 2016, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados que deve ser aplicado pela entidade empregadora na contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos colaboradores. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa norma estão sendo avaliados para implementação na data de entrada em vigor da norma.

O Pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo quando o colaborador prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro e uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do colaborador em troca de benefícios a esse colaborador.

k) Captações no Mercado Aberto
As captações no mercado são demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

l) Tributos
Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	15%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

m) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
O reconhecimento, à mensuração e à divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 20).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

n) Outros Ativos e Passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.06.2015	30.06.2014
Disponibilidades	152	396
Disponibilidades em moeda nacional	152	396
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	267.134	277.229
Aplicações em depósitos interfinanceiros	267.134	277.229
Total	267.286	277.625

(a) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Na demonstração "Balanço Patrimonial", os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

30.06.2015						30.06.2014					
		Valor de Mercado		Total				Valor de Mercado		Total	
0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado
-	7.459	-	5.527	12.986	12.986	-	19.431	19.431	-	-	-
-	7.459	-	-	7.459	7.459	-	6.670	6.670	-	-	-
-	7.459	-	-	7.459	7.459	-					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em milhares de Reais)

7. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

	30.06.2015	30.06.2014
Outros Créditos		
Caixas de registro e liquidação	46.643	-
Devedores - conta liquidações pendentes	59.476	22.905
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	-	42.026
Total	106.119	64.931
Ativo circulante	106.119	64.931
Outras Obrigações		
Caixas de registro e liquidação	(59)	(18.742)
Credores - conta liquidações pendentes	(74.160)	(62.450)
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	(41.594)	-
Comissões e corretagens a pagar	(5)	(14)
Outras obrigações por negociação e intermediação de valores	(3.702)	(2.357)
Total	(119.520)	(83.563)
Passivo circulante	(115.818)	(81.206)
Passivo não circulante	(3.702)	(2.357)

10. IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2014	30.06.2015	30.06.2014
Saldo contábil			
Móveis e equipamentos de uso	119	374	122
Sistema de comunicação	36	(491)	43
Sistema de processamento de dados	54	(1.050)	19
Total	209	(1.813)	277

11. INTANGÍVEL

	31.12.2014	1º Semestre/2015	30.06.2015	30.06.2014
Saldo contábil				
SISBEX BM&FBOVESPA	-	-	(200)	-
Software adquiridos	3	(1)	-	2
Licenças de uso	230	299	530	482
Total	233	299	(49)	484

12. CAPTAÇÕES NO MERCADO

a) Captações no Mercado Aberto

	30.06.2015	30.06.2014
Carteira Própria	3.026	4.878
Títulos privados - Outros	3.026	4.878
Carteira de Terceiros	770	18
Títulos privados - Debêntures	770	18
Total	3.796	4.896
Passivo circulante	3.796	4.896

b) Despesas com Operações de Captação no Mercado

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Despesas de Captações no Mercado Aberto		
Carteira própria	(108)	(156)
Carteira de terceiros	(36)	(1)
Total	(144)	(157)

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	30.06.2015	30.06.2014
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	(a) 9.571	8.606
Impostos e contribuições sobre lucros	-	353
Impostos e contribuições a recolher	734	8.971
Provisão para demandas fiscais (Nota 20a)	(a) 478	8.971
Total	10.783	17.930
Passivo circulante	734	8.959
Passivo não circulante	10.049	8.971

(a) Em agosto de 2014 foram incluídos na anistia da Receita Federal, proveniente da reabertura da Lei nº 11.941/2009, os débitos de IRPJ/CSLL sobre a dedutibilidade da COFINS depositados judicialmente. Foi protocolada a desistência dos processos judiciais que discutem os assuntos e aguarda-se a conversão de parte do depósito judicial em renda da União e consequente levantamento do valor anistiado. Os valores provisionados em contas de passivos contingentes foram revertidos integralmente e foi contabilizado o montante equivalente à parte do depósito a ser levantado pela União na conta de Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.

b) Diversas

	30.06.2015	30.06.2014
Provisões para demandas cíveis (Nota 20a)	124	155
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 20a)	1.180	1.054
Credores diversos - no País	2.743	214
Provisão para pagamentos a efetuar	9.453	9.307
Total	13.500	10.730
Passivo circulante	8.740	9.530
Passivo não circulante	4.760	1.200

14. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Comissões sobre colocação de títulos	281	638
Corretagens de operações em Bolsa	6.919	5.872
Rendas de serviços de custódia	223	240
Outros serviços	379	668
Total	7.802	7.418

b) Rendas de Tarifas de Serviços

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Rendas de corretagem	745	1.306
Rendas com taxa de administração	7	35
Total	752	1.341

c) Despesas de Pessoal

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Honorários de diretores e conselheiros	-	(147)
Benefícios	(759)	(789)
Encargos sociais	(1.476)	(1.666)
Proventos	(2.378)	(7.376)
Demandas trabalhistas	(518)	(196)
Treinamentos	(7)	(12)
Total	(5.138)	(10.186)

d) Outras Despesas Administrativas

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Água, energia e gás	(30)	(31)
Aluguéis	(1.261)	(1.381)
Comunicações	(333)	(406)
Emolumentos judiciais e cartorários	(5)	(25)
Manutenção e conservação de bens	(140)	(74)
Material	(1)	-
Processamento de dados	(3.009)	(2.757)
Promoções e relações públicas	(233)	(100)
Propaganda e publicidade	(23)	(12)
Publicações	(103)	(96)
Serviços de terceiros	(41)	(107)
Serviços do sistema financeiro	(171)	(256)
Serviços técnicos especializados	(4.066)	(1.131)
Transportes	(22)	(8)
Viagens	(251)	(227)
Vigilância e segurança	(14)	(25)
Amortização	(48)	-
Depreciação	(65)	(89)
Outras	(146)	(123)
Total	(9.962)	(6.836)

e) Outras Receitas Operacionais

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Reversão de provisões - demandas cíveis e fiscais	-	6
Atualização de depósitos em garantia	504	477
Recuperação de encargos e despesas	-	300
Varição monetária ativa	311	271
Reversão de provisão para remuneração variável	-	7.653
Outras	85	23
Total	900	8.730

f) Outras Despesas Operacionais

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Depósitos judiciais	(222)	-
Despesas de juros (adesão REFI)	(420)	-
Provisão para passivos contingentes	(29)	(58)
Outras	(92)	(152)
Total	(763)	(210)

15. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Receitas não operacionais	-	27.121
Investimentos por incentivos fiscais	(a)	27.121
Despesas não operacionais	(6)	(32)
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	(6)	(32)
Total	(6)	27.089

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social
O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 185.970 (R\$ 169.280 em 30 de junho de 2014), está representado por 18.597.000.407 quotas subscritas e integralizadas (16.928.021.132 quotas em 30 de junho de 2014). Conforme Instrumento Particular de Alteração e Consolidação do Contrato Social da Votorantim - Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Outras Avenças realizada em 9 de abril de 2015, os sócios aprovaram o aumento do Capital Social mediante a incorporação da Reserva Especial de Lucros no valor de R\$ 16.690, com a emissão de 1.668.979.275 novas quotas realizada de maneira a manter suas respectivas participações no Capital Social da Sociedade. A alteração de capital foi aprovada pelo Banco Central do Brasil por despacho em 27 de maio de 2015.

b) Reserva de lucros
Reserva legal
Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.
Reserva para expansão
Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária e regras do BACEN, no encerramento do período, a Administração propõe que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinado para "Reserva para expansão", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. O saldo de reserva está à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.
Reserva especial de lucros
A Administração poderá propor que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para "Reserva especial de lucros", o qual ficará à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

17. TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Valores correntes	(22)	(8.846)
IR e CSLL no País - Corrente	-	(8.607)
IR e CSLL no País - Exercícios anteriores	(22)	(239)
Valores diferidos	-	(5.668)
Passivo fiscal diferido	-	221
Marcação a mercado	-	221
Ativo fiscal diferido	(1.905)	(5.889)
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	634	(1.993)
Diferenças temporárias	(2.538)	(3.817)
Marcação a mercado	(1)	(79)
Total	(1.927)	(14.514)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Resultado antes dos tributos e participações	7.232	40.049
Encargo total do IR (25%) e CSLL (15%)	(2.892)	(16.020)
Participação de empregados no lucro	994	1.701
Outros valores	(29)	(195)
Imposto de renda e contribuição social do período	(1.927)	(14.514)

c) Despesas Tributárias

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Cofins	(1.008)	(983)
ISSQN	(427)	(437)
PIS	(164)	(157)
Outras	(1.262)	(484)
Total	(2.861)	(2.061)

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	30.06.2015	30.06.2014
Adiantamentos e antecipações salariais	273	343
Devedores por depósitos em garantia (Nota 20c)	11.478	11.846
Impostos e contribuições a compensar	7.867	10.252
Ativo fiscal diferido - Crédito tributário (Nota 17d)	7.356	12.258
Devedores diversos - País	21	2
Outros	61	38
Total	27.056	34.739
Ativo circulante	13.217	13.998
Ativo não circulante	13.839	20.741

9. INVESTIMENTOS

	30.06.2015	30.06.2014
Investimentos por incentivos fiscais	3.251	3.334
Títulos patrimoniais	1	1
Total	3.252	3.335
(Imparidade acumulada)	(2.491)	(2.508)

d) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário) Ativado

	30.06.2015	30.06.2014
Diferenças temporárias	5.038	12.258
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3	-
Provisões Passivas	5.035	12.258
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	2.318	-
Total dos Créditos Tributários Ativados	7.356	12.258
Imposto de Renda	5.229	7.661
Contribuição Social	2.127	4.597
Não Ativado	-	-
Não existem créditos tributários não ativados.		
Expectativa de Realização		
A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado no 1º semestre de 2015.		

	30.06.2015	30.06.2014
Em 2015	1.521	1.422
Em 2016	3.515	3.076
Em 2017	1.240	961
Em 2018	600	416
Em 2019	320	198
A partir de 2020	160	88
Total de Créditos Tributários	7.356	6.161

No semestre findo em 30 de junho de 2015, observou-se a realização de créditos tributários no CTVM no montante de R\$ 3.787 (R\$ 9.846 em 2014), correspondente a 67% (99% em 2014) da respectiva projeção de utilização para todo o ano-calendário de 2015, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2014.

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Valor nominal	Valor presente
Em 2015 (c)	57%	2%
Em 2016	43%	50%
Em 2017	-	26%
Em 2018	-	12%
Em 2019	-	7%
A partir de 2020	-	3%

(a) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.
(b) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).
(c) Projeção de consumo do crédito tributário para o 2º semestre de 2015.

18. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal-Chave da Administração da Companhia, formado pela Diretoria:

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Honorários	-	147
Gratificações	-	641
Encargos sociais	-	240
Total	-	1.028

A Companhia não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal-Chave da Administração. As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e o Conglomerado Votorantim Participações, sendo as principais Votorantim Finanças S.A. e Votorantim Industrial S.A.. A Companhia realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta-corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos. Há ainda contratos de prestação de serviços. Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	30.06.2015			
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Banco Votorantim e Controladas	Outras (a)
Ativos				
Disponibilidades	30	-	108	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	267.895	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	5.527	-
Outros créditos	-	-	13.751	-
Passivos				
Outras obrigações	-	(126)	(5)	-
Total	30	(126)	286	(5)

	30.06.2014			
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Banco Votorantim e Controladas	Outras (a)
Ativos				
Disponibilidades	283	-	110	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	277.247	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	12.761	-
Outros créditos	-	-	5	-
Passivos				
Outras obrigações	-	-	(6.759)	-
Total	283	-	293	(6.759)

Rendas de juros e prestação de serviços

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Rendas de juros e prestação de serviços	-	27.121
Outros serviços	15.428	-
Total	15.428	27.121

19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
Não existem benefícios pós-emprego, tais como: pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.
Programa de remuneração variável
A Companhia implementou no primeiro semestre de 2013 o novo Programa de Remuneração de Curto Prazo e Longo Prazo. São elegíveis ao programa os diretores e empregados da Companhia. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012. A Companhia possui 3 planos de incentivos de longo prazo que tem como objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos diretores e empregados aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo. São eles:
(a) **Incentivo Variável Condicionado:** plano com duração de no mínimo 1 ano e no máximo 3 anos, que consiste na concessão de um incentivo em espécie condicionado

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e aos Quotistas da

Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas

requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os

aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2015, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea pela Instituição. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 06 de agosto de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0